

ou do n.º 2 do artigo 108.º Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários dos quadros paralelos abaixo indicados, referentes a cartórios notariais que já entraram em funcionamento como privados

em 6 de Setembro de 2005 e cujas licenças foram atribuídas na sequência de concurso aberto pelo aviso n.º 4994/2004 (2.ª série), *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004:

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	
				Conservatória	Data
Cartório Notarial de Arganil.	Arganil	Filipa Maria Marques Azevedo Maia.	Notário	Optou pela privatização (a).	6-9-2005
		Maria Filomena Ferreira Nunes.	Primeiro-ajudante ...	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Antonina Maria Pimentel Santos Ferreira Costa.	Segundo-ajudante ...	CP Arganil	7-9-2005
		Isabel Maria Paula Almeida Simões Oeiras.	Escriturário	CP Arganil (c)	7-9-2005
2.º Cartório Notarial de Coimbra.	Coimbra	Sérgio Mateus Figueiredo Marques.	Escriturário	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Manuel Fernando Correia ...	Primeiro-ajudante ...	Comercial e Automóveis de Coimbra.	7-9-2005
		Graça Jesus Loureiro	Segundo-ajudante ...	Comercial e Automóveis de Coimbra.	7-9-2005
		Maria Vitorina Paulino Cabral.	Segundo-ajudante ...	Comercial e Automóveis de Coimbra.	7-9-2005
		Ana Paula Correia Henriques Barata Aleixo.	Escriturário	2.ª Predial de Coimbra (c).	7-9-2005
		Maria João Costa Dias Pinto	Escriturário	2.ª Predial de Coimbra (c).	7-9-2005
Cartório Notarial de Penacova.	Penacova	Paulo Alexandre Carvalho Pinto.	Escriturário	Comercial e Automóveis de Coimbra (c).	7-9-2005
		Maria Alexandra Canotilho Teixeira Ribeiro.	Notário	Optou pela privatização (a).	6-9-2005
		Maria Isabel Bento Batista Pina.	Primeiro-ajudante ...	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Maria Rosário Alvarinhas Santos.	Segundo-ajudante ...	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
Cartório Notarial de Ponte de Sor.	Ponte de Sor	Carla Sofia Figueiredo Mateus Bastos Simões.	Escriturário	CP Penacova (c)	7-9-2005
		Clara Maria Céu Nogueira.	Escriturário	CP Penacova (c)	7-9-2005
		Maria Cristina Marques Cruz Manso.	Notário	Optou pela privatização (a).	6-9-2005
Cartório Notarial de Soure.	Soure	Maria Florinda Feijão Moreira Sorreço.	Segundo-ajudante ...	CP Ponte de Sor	7-9-2005
		Celeste Maria Rainho Jesus Pita.	Notário	Optou pela privatização (a).	6-9-2005
Cartório Notarial de Soure.	Soure	António Jesus Neto	Primeiro-ajudante ...	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Maria Clementina Pereira Morim.	Segundo-ajudante ...	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Maria Lurdes Mendanha Coelho Cardoso.	Escriturário	Optou pela privatização (b).	7-9-2005
		Nuno Jorge Nunes Espírito Santo.	Escriturário	Predial Soure (c)	7-9-2005

(a) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 107.º

(b) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º

(c) Integrado na conservatória de afectação, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º

27 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 6142/2006 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Fevereiro de 2006 da directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça:

José Manuel Machado Cardoso, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, a exercer funções de chefe de divisão de Informática do mesmo Gabinete, em comissão de serviço — nomeado, em regime de substituição, director de serviços das Estatísticas da Justiça do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, por reunir os requisitos exigidos pelo n.º 1 do artigo 20.º do mesmo diploma, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Maria João Morgado Costa*.

Nota curricular

I — Identificação:

Nome — José Manuel Machado Cardoso;
Local e data de nascimento — Lisboa, 25 de Agosto de 1959.

II — Formação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), curso de 1978-1983.

III — Experiência profissional:

Chefe de divisão da Divisão de Informática do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLPMJ) desde Março de 2001;

Coordenador da equipa técnica e membro da equipa de assessoria funcional do projecto Hermes, de reformulação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça;

Coordenador de diversos projectos informáticos do GPLPMJ, nomeadamente na definição e implementação da infra-estrutura informática de suporte ao projecto Hermes;

Responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um sistema aplicacional para informatização das Estatísticas da Justiça entre 1990 e 2001;

Coordenador da equipa responsável pela elaboração das publicações oficiais das Estatísticas da Justiça entre 1986 e 2000; Exerceu anteriormente as funções de:

Especialista de informática do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLPMJ) entre Setembro de 1996 e Março de 2001;

Técnico superior do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (GEPMJ) — exercendo funções na Divisão de Estatísticas da Justiça desde Março de 1998, transitando em 2001 para o GPLPMJ;

Técnico contratado do GEPMJ, exercendo funções na Divisão de Estatísticas da Justiça de Abril de 1983 a Março de 1998.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho (extracto) n.º 6143/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de 20 de Fevereiro de 2006, por delegação:

José Filipe Pereira Patinhas Cardoso Ramalho, arquitecto de 1.ª classe, da carreira de arquitecto, do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul — nomeado arquitecto assessor principal do mesmo quadro e carreira, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 27 de Maio de 2001. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Vasco Martins Costa*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Aviso n.º 3299/2006 (2.ª série). — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, avisa-se todo o pessoal dos quadros do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado que, para efeitos de consulta, se encontram afixadas no 6.º andar dos Serviços Centrais e nas direcções regionais as listas de antiguidade reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos da citada disposição legal, é concedido o prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para dedução de eventuais reclamações, as quais deverão ser apresentadas nas condições e prazos regulados pelo mesmo diploma.

3 de Março de 2006. — A Chefe de Divisão de Pessoal e Administração, *Edi Vieira Gomes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 6144/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de assessor do meu Gabinete o engenheiro Mário Amândio Ribeiro Paulo, que para o efeito é requisitado à Rede Eléctrica Nacional, S. A. (REN), aplicando-se o disposto no n.º 4, *in fine*, do artigo 6.º do referido diploma.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Rectificação n.º 405/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 3573/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2006, rectifica-se que onde se lê «Maria Antonieta Santa Clara Ferreira Coelho». deve ler-se «Maria Antonieta Santa Clara Ferreira Coelho Duarte».

21 de Fevereiro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

Direcção Regional da Economia do Centro

Aviso n.º 3300/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Fevereiro de 2006, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, ao assessor principal do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro engenheiro Gil da Silva Patrão. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2006. — O Director Regional, *Francisco Pegado*.

Despacho n.º 6145/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a licença de exploração à pedra denominada Cabeço Penedreiro, sita no lugar de Cabeço Penedreiro, freguesia de Pena Verde, concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda, para extracção de granito, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, explorada pela firma INCOVECA — Granitos, S. A., com emissão de declaração de impacte ambiental, com parecer favorável condicionado, emitida em 20 de Setembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — O Director Regional, *Francisco Pegado*.

Instituto de Formação Turística, I. P.

Deliberação n.º 325/2006. — *Delegação de competências nos directores das escolas.* — I — Nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 9.º dos Estatutos do Instituto de Formação Turística, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 277/2001, de 19 de Outubro, e 36.º, 37.º e 137.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, delibera o conselho de administração, em reunião realizada na presente data, delegar nos directores das Escolas de Hotelaria e Turismo de Coimbra, Dr.ª Madalena Carrito, de Lisboa, Dr.ª Clara Freitas, do Estoril, Dr.ª Elisabete Mendes, do Algarve, Dr. Manuel Faustino, e do Porto, Dr. Paulo Vaz, as seguintes competências:

- 1) Propor a contratação do pessoal, de acordo com a legislação aplicável e com as instruções emanadas do conselho de administração;
- 2) Propor a celebração de contratos de seguro no âmbito laboral e de responsabilidade civil, nos termos legais, bem como a respectiva actualização, sempre que tal resulte de imposição legal ou se entenda por conveniente;
- 3) Autorizar despesas decorrentes da atribuição dos apoios a formandos (benefícios universais ou sociais), com a classificação económica respeitante a subsídios e celebrar os respectivos contratos de formação profissional com formandos, nos termos aprovados pelo conselho de administração;
- 4) Autorizar a venda de serviços, com excepção da formação autofinanciada, e de produtos próprios, de acordo com os preços fixados pelo conselho de administração;
- 5) Autorizar deslocações em serviço no País, bem como a aquisição de bilhetes e títulos de transporte e ajudas de custos, antecipadas ou não, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- 6) Autorizar despesas com aquisição de bens ou serviços, discriminados no agrupamento económico 02.00.00, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, de valor inferior a € 12 500, desde que cumprido o procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, com excepção das despesas de aquisição de serviços em resultado de contratação de pessoal docente ou não docente, qualquer que seja o vínculo jurídico;
- 7) Praticar todos os actos subsequentes à autorização da despesa, nomeadamente a autorização de pagamento, observados os necessários procedimentos legais.

II — Ao abrigo da mesma legislação, delega também o conselho de administração a competência hierárquica e disciplinar que está